

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.243 - SP
(2018/0170120-4)**

EMBARGANTE : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS -
CPTM
ADVOGADO : IVO MUSETTI RAMOS DE SOUZA E OUTRO(S) - SP247451
EMBARGADO : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO MANESCO E OUTRO(S) - SP061471
EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES -
SP069219
MARCOS AUGUSTO PEREZ - SP100075
ADVOGADOS : ANE ELISA PEREZ - SP138128
PATRICIA TROMPETER SECHER - SP375521

DECISÃO

Na origem, trata-se de ação que objetiva indenização pelo prejuízo havido do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, acrescidos de juros e correção monetária, com valor da causa fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, a sentença foi mantida, conforme a seguinte ementa do acórdão:

APELAÇÃO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - CONTRATO ADMINISTRATIVO - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - Pretensão inicial da empresa-contratada voltada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo firmado com a CPTM - inadmissibilidade - inteligência do art. 65, inciso II, alínea 'd', da LF nº 8.666/93 - a revisão judicial dos termos do contrato administrativo pressupõe a ocorrência de evento futuro imprevisível ou, ainda que previsível, de consequências inevitáveis, como forma de manter íntegra a base objetiva da avença - hipótese dos autos em que os eventos fáticos apontados pela empresa-contratada não correspondem, em qualquer medida, a situações imprevisíveis ou de consequências inimagináveis - alterações em projeto básico, gestão do sistema viário para execução de obras e morosidade inerente aos procedimentos judiciais de desapropriação que integram a álea ordinária dos contratos administrativos cujo objeto seja a execução de obras de implantação do metrô - pressupostos para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não evidenciados - inexistência sequer de apontamento específico e descritivo do suposto prejuízo suportado pela autora - sentença de improcedência da ação integralmente mantida. Recurso da autora desprovido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

Interposto recurso especial, negou-se seguimento. Foi então interposto agravo em recurso especial.

Nesta Corte, conheceu-se do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em embargos de declaração, aponta a parte embargante omissão quanto ao esgotamento da observância fática e questões jurídicas.

Aparte embargada não se manifestou.

É o relatório. Decido.

Os embargos merecem acolhimento.

Consoante o Enunciado Administrativo n. 3/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ, na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

De igual modo, o enunciado n. 7 da Súmula Administrativa do STJ dispõe que, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

Por sua vez, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015: "O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento."

Na sentença, fixaram-se os honorários advocatícios em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), (fl. 1.364). No acórdão, não houve alteração.

Ante o exposto, considerando o trabalho adicional realizado, com a apresentação de contrarrazões ao recurso especial, e os critérios previstos nos §§ 2º a 6º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, acolho os embargos de declaração, para integrar a decisão embargada, fazendo constar a majoração dos honorários advocatícios em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2018.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator